

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE
JULHO DE DOIS MIL E DEZANOVE**

----- No dia vinte e quatro de julho de dois mil e dezanove, teve lugar no Solar do Vinho do Dão, a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pelo Senhor Paulo Jorge de Almeida Pereira, como Primeiro Secretário e pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como Segunda Secretária. -----

A Sessão teve início às nove horas e vinte e nove minutos, tendo-se verificado as faltas do Senhor Deputado Municipal António Carlos Gomes Tomás da Costa (justificada), da Senhora Deputada Municipal Florbela de Almeida Correia Soutinho (justificada), do Senhor Presidente da Junta da União de Freguesia de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita José Paulo Moreira Cardoso de Meneses (justificada), e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados Luís Filipe Martins Almeida Mendes (justificada).

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, cumprimentava os Senhores Deputados, Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

Já está verificada a existência de quórum, e por isso estão reunidas as condições para iniciarmos os nossos trabalhos desta Sessão Extraordinária. -----

Importa também dizer que esta Sessão Extraordinária foi convocada para hoje por requerimento remetido pelo Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 28.º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro conjugado com a alínea a) do n.º 1 do art.º 30º do Regimento, em virtude da urgência das deliberações tomadas pelo Executivo Municipal na sua reunião de 11-07-2019 e que carecem de deliberação desta Assembleia Municipal.-----

Por isso, considerando que se trata de uma Sessão Extraordinária não haverá por isso Período Antes da Ordem do Dia. -----

Informações muito rápidas que têm a ver com os Senhores Deputados. -----

Informamos que em resposta à convocatória para esta Sessão Extraordinária recebemos diversas comunicações de indisponibilidade de presença nesta sessão e pedidos de substituição. -----

O Deputado Municipal Cristofe Pedrinho do PS é substituído, nesta sessão, por Manuel José Moleiro Mirandez; -----

O Deputado Municipal da CDU Francisco Manuel de Almeida é substituído, nesta sessão, por Maria Filomena de Matos Pires; -----

O Deputado Municipal Raul Andrade Lopes Bordalo Junqueiro do PS é substituído, nesta sessão, por Sara Natacha de Sousa Calhau; -----

A Deputada Municipal Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes do PSD é substituída, nesta sessão, por Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira, em virtude da indisponibilidade de presença que nos foi comunicada por Ana Paula dos Reis Madeira; --

A Deputada Municipal Rosa Filomena Brás Monteiro Lopes do PS é substituída, nesta sessão, por Rui António da Cruz Martins; -----

O Deputado Municipal Pedro Filipe dos Santos Alves do PSD é substituído, nesta sessão, por Florbela de Almeida Correia Soutinho; -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Povolide, José Manuel de Almeida Fernandes, informou que se faz substituir nesta sessão por Lino Miguel Lopes Nascimento.-----

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, recorro aos Membros da Assembleia Municipal da obrigação de cumprimento do disposto na Resolução do Tribunal de Contas n.º

14/2011, e, antes de iniciarmos também a Ordem de Trabalhos, gostaria de colocar à consideração dos Senhores Deputados uma situação que a Mesa foi alertada pelo Senhor Deputado Alberto Ascensão que desde já agradecemos, que no Ponto Um (1) houve um lapso evidente de transposição de texto, tendo-se repetido no início as palavras “proposta de”. Como poderão analisar, e de acordo com os documentos enviados, o que está em apreciação e votação no Ponto Um (1) é a Proposta de Resgate prevista na Escritura de 02 de dezembro de 1998, que foi enviada a todos os Senhores Deputados, e que está de acordo também com o texto do Requerimento que também foi enviado a todos os Senhores Deputados, enviado pelo Executivo Camarário.-----

Por isso, a Mesa propõe à Assembleia a correção deste lapso, com a retirada das palavras duplicadas no início “proposta de” no Ponto Um (1) da Ordem de Trabalhos, já que a proposta é de Resgate, não é da Escritura, já que a Escritura é de 1998. Por isso têm a palavra os Senhores Deputados em relação a esta situação. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido de intervenção, íamos colocar esta situação à votação. Quem vota contra a retirada desta duplicação, da correção? Quem se abstém? Por isso, foi aprovada por unanimidade. -----

Assim, o texto da Ordem de Trabalhos que irá ser apreciado e votado no Ponto Um (1) com a correção aprovada ficará a ser o seguinte: -----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO (é exatamente o que nos foi enviado) DE DIREITO DE SUPERFÍCIE E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO - PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO DE SANTA CRISTINA - PROPOSTA DE RESGATE - SABA PORTUGAL - PARQUES DE ESTACIONAMENTO S.A.-----

Por isso, foi retirada, porque senão, poderia eventualmente numa leitura... embora tenha sido enviada a escritura, o que está em causa é a Proposta de Resgate prevista na Escritura de 1998 que foi enviada. Não é uma nova Escritura, e a redação, esta duplicação poderia eventualmente levar a uma leitura diferente. -----

Também gostaríamos que, para efeitos de execução imediata, que as deliberações fossem aprovadas em minuta, fazemos a proposta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Em relação às Deliberações que sejam aprovadas em minuta, algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido púnhamos à votação esta proposta. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso foi aprovado por unanimidade que as deliberações sejam aprovadas em minuta. -----

Entramos assim na Ordem de Trabalhos, no Ponto Um (1) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO - PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO DE SANTA CRISTINA - PROPOSTA DE RESGATE - SABA PORTUGAL - PARQUES DE ESTACIONAMENTO S.A. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito bom dia a todas e a todos.---
Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e saúdo também os elementos Mesa, saúdo as Senhoras e os Senhores Membros da Assembleia Municipal, as Senhoras e os Senhores Presidentes de Junta, saúdo também o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras e os Senhores Vereadores. Bom dia a todos. -----

Antes de mais, agradecer não só ao Senhor Presidente da Assembleia, mas também a todos os elementos desta Assembleia a disponibilidade para esta Sessão Extraordinária que se entenderá, no sentido de nós podermos agilizar aqui os prazos que temos pela frente.-----

Como estarão recordados, em 07/04/2016 nós abríamos o procedimento concursal, um Concurso Público Internacional para a concessão dos Parques de Estacionamento de Viseu, em 22/12/2016 eram qualificadas as propostas para este Concurso Público Internacional, em 03/05/2018 era adjudicada à proposta vencedora a concessão do estacionamento, e a partir daí entrámos nos procedimentos normais de Visto do Tribunal

de Contas que nos conduzem a este momento, já com o Visto do Tribunal de Contas dado, portanto, neste momento, este Concurso Público Internacional tem já o Visto positivo do Tribunal de Contas, e depois do Visto do Tribunal de Contas coloca-se aqui uma questão que é o Resgate do Parque da Santa Cristina, que foi na altura celebrado um Direito de Superfície em 02 de dezembro de 1998, esta questão estava contida no Concurso Público Internacional e portanto, neste momento, a deliberação que iríamos tomar aqui, é a deliberação de resgatar o Parque de Santa Cristina por o valor de dois milhões, onze mil catorze euros e sete cêntimos (2.011.014,07 €) e esse resgate terá que ser obviamente sujeito a Visto do Tribunal de Contas, porque o seu valor a isso justifica, e posteriormente esse mesmo parque será integrado na concessão, e, em termos práticos, antes mesmo de falar, aproveitar para dar algumas notas sobre como é que ficará o sistema de estacionamento em Viseu, em termos práticos, nós vamos resgatar por dois milhões, onze mil catorze euros e sete cêntimos (2.011.014,07 €) e logo que se inicie a concessão, que no fundo se iniciará, o contrato está celebrado, logo após o Visto do Tribunal de Contas para este resgate, a Autarquia irá fazer um encaixe de 3.25 milhões de euros, portanto mais 1 milhão 250 mil do que o valor do resgate e entregará, digamos que, à concessionária outra vez o Parque da Santa Cristina. Por outro lado, a Autarquia nos termos deste concurso ficará com uma receita bruta da exploração total do estacionamento de 25,75%, foram estas as condições da proposta ganhadora. Realçar só para efeitos de informação, e pedia ao meu Chefe de Gabinete se punha o mapa aqui, que este concurso, enfim, aquele procedimento que hoje aqui vamos ter, que no fundo não deixa de ser um procedimento que permitirá concluir este processo, permitirá que efetivamente se inicie todo este procedimento do concurso dos parques. Por um lado, a construção do novo Parque junto ao Funicular com capacidade para 70 lugares, a construção do Parque no logradouro atrás daqueles dois edifícios que adquirimos por trás da Igreja da Misericórdia, onde serão criados 145 lugares de superfície em socorro, mas com uma cobertura, portanto, um jardim horizontal que no fundo permitirão manter aquele Centro Histórico com a mancha verde. Na Capitão Siva Pereira, será qualificado aquele parque passando a ter uma saída direta para a Rua Direita, outra para a Rua do Gonçálio e outra para a Rua Capitão Silva Pereira, e portanto, isto permite no fundo, nestas áreas reguladas a existência de mais de 399 lugares de estacionamento. Paralelamente a isso, será sujeito a qualificação o Parque da Santa Cristina, que faz parte do compromisso desta concessão, o Mercado 21 de Agosto com 100 lugares também será... relembro que o de Santa Cristina tem 324 lugares, o do Mercado 21 de Agosto será também qualificado, ficando com 100 lugares, o do Hospital velho qualificado também com 60 lugares, o que nos dará aqui um total de 868 lugares de estacionamento. Referir que, todos estes parques de estacionamento, obviamente que estão de acordo com os cânones mais evoluídos que possam imaginar, desde lugares com carregamento elétrico, até lugares para família, até lugares para senhoras grávidas, enfim, todos esses requisitos estarão presentes em cada um destes parques, inclusivamente um espaço de “car sharing” portanto, tudo aquilo que hoje é característica de parques de estacionamento devidamente evoluídos. Por outro lado, obviamente que, haverá aqui uma preocupação, de conciliar por um lado, aquilo que já é hoje uma política de o acesso ao estacionamento regulado e ao mesmo tempo também poder haver um passe para comerciantes e um passe para residentes. Referir também que com este investimento que é feito nesta concessão Viseu ficará com o sistema mais evoluído do ponto de vista do estacionamento, não só de superfície, mas também dos parques de estacionamento. Passará a ter nas 6 entradas da cidade placards de informação com os parques e os lugares disponíveis, terá outra sinalética pela cidade que indicará a proximidade dos parques, e o próprio estacionamento de superfície será todo ele sensorizado, todos os lugares de superfície serão sensorizados, até com um aspeto que é inovador e que foi sugerido pela autarquia já depois, nesta fase de preparação da implantação. Por exemplo os lugares para deficientes, passarão a ser identificados com um sensor que será entregue também às pessoas com deficiência, o que permitirá de imediato,

sempre que alguém estacione num lugar de uma pessoa com deficiência a polícia será alertada para o efeito, é também uma forma de iniciarmos um processo que pode contaminar o país do ponto de vista deste respeito pelas pessoas com deficiência. Por outro lado, concluir-se-á com o MUV na Palma da Mão, no fundo estes investimentos nos parques urbanos da cidade têm um objetivo. Têm um objetivo, por um lado de conciliar o transporte público com o estacionamento, e no fundo estimular as pessoas a usarem as linhas urbanas, sejam elas as que circulam, a C1 e C2, sejam as próprias linhas elétricas para o Centro Histórico, e por outro lado, estimular a que as pessoas quando estacionem no centro da cidade a partir da 2ª hora seja mais benéfico estacionar nos parques de estacionamento e até à 2ª hora poderem utilizar os lugares de proximidade, até para facilitar a vida dos comerciantes e o acesso ao Centro Histórico propriamente dito ao centro da cidade. Esta sensorização o que é que permitirá? Permitirá que no MUV na Palma da Mão, até porque, todo o software que estará na base deste sistema será também gerido pelo município, o que nos permitirá ter um controlo absoluto sobre tudo aquilo que se está a passar do ponto de vista do estacionamento. Permitirá que as pessoas antes de irem para uma rua, saibam por antecipação se têm lugar ou não têm lugar vago, isto porquê? Prova-se que hoje, mais ou menos 20% do tráfego urbano é resultado da procura de lugar para estacionamento, ora, ao introduzirmos esta inovação no nosso sistema de estacionamento de Viseu, permitiremos que cada cidadão, antes de ir por exemplo, para a Rua Francisco Alexandre Lobo, saber se há lugares ou não disponíveis, isto permitirá que, se não houver o próprio software lhes indique o lugar mais próximo. -----

Outras questões como por exemplo, sugerir à pessoa se vai estar uma hora ou mais estacionado, e se estiver mais do que uma hora indica-lhe o parque de estacionamento mais próximo porque o custo é mais barato, portanto, no fundo, estamos a falar de um sistema neste caso concreta do estacionamento, de um sistema inteligente exatamente com o objetivo de facilitar a vida das pessoas, seja daqueles que vivem cá, quer daqueles que nos visitem, e ao mesmo tempo um sistema virado para, enfim, amigo do ambiente que permite em termos de CO2 fazer aqui uma poupança significativa. Portanto, em termos muito gerais, não deixar só de apresentar o resgate propriamente dito, isto é, digamos que, uma decisão administrativa, já fazia parte do contrato, hoje esta Assembleia seguramente que não deixará de aprovar este resgate, e depois do visto do Tribunal de Contas, iniciaremos a operação, isto é, iniciaremos a operação de sensorização, obviamente que os novos parcometros que serão instalados na cidade também serão parcometros de nova geração, que já preveem pagamentos com Via Verde, com Multibanco, das diferentes maneiras, permitem emissão de fatura com a matrícula da viatura, enfim, todos estes sistemas mais modernos que hoje temos do ponto de vista internacional, e portanto, penso que Viseu tem razão para estar orgulhoso deste passo que vamos dar, também no âmbito do MUV, neste caso do MUV Parque, deste grande passo que daremos, de passarmos a ter um sistema integrado de estacionamento, que prevê estacionamento de superfície, estacionamento em parques de estacionamento, depois os três parques periféricos, está previsto também depois numa fase posterior, ainda estamos a negociar com a CCDR, podermos a vir a qualificar o espaço da Feira Semanal para fora do dia da Feira Semanal funcionar como um parque estruturado, não pago, onde as pessoas podem deixar as suas viaturas sem pagamento, junto à Fonte Cibernética temos já um parque e prevê-se qualificar do outro lado, para que haja também estacionamento regulado e na Feira de S. Mateus, portanto, no fundo, ficaremos também com três espaços na periferia da cidade, digamos assim, onde as pessoas também podem deixar o seu carro sem pagamento de estacionamento, e por exemplo na Feira de S. Mateus utilizar futuramente o veículo Viriato que trabalhará 24 horas sobre 24 horas e que acaba por ser um veículo autónomo sem condutor que virá substituir o nosso Funicular, e portanto, esta lógica da mobilidade de Viseu, está pensada numa perspetiva integrada das suas diferentes vertentes em que agora, se encaixa mais esta peça de todo o puzzle da mobilidade que é o MUV Parque, com estas configurações, obviamente que a seu tempo será apresentado

todo o modelo público com todo o tipo de equipamentos que serão instalados, mas não quis deixar de hoje não me limitar a apresentar o processo burocrático propriamente dito que é o resgate para depois futura concessão, mas, deixar-vos também bem aqui presente toda a visão do conjunto do que é pensar a mobilidade no futuro, pensar a cidade no futuro, designadamente já com apetrechamento para o *car sharing*, para o *bike sharing*, para todas estas mobilidades, seja de mobilidade suave, seja de partilha de automóveis que está presente neste sistema e portanto, deixar esta informação para os Senhores Membros da Assembleia Municipal terem, enfim, a possibilidade de decidirem em consciência tudo isto. Já agora referir que, em todo este processo, quando foi da abertura do procedimento concursal, o procedimento concursal teve uma votação favorável do PSD e do PS e abstenção do CDS, na altura o CDS tinha um Vereador na Câmara Municipal, quando foi da qualificação das propostas, a qualificação das propostas foi aprovada por unanimidade, quando foi a adjudicação das propostas também foi aprovado por unanimidade e com a minuta do contrato em 30/05/2018 também foi aprovada por unanimidade. Por outro lado, vejam que a sequência destes prazos prova como estes concursos são demorados, nós abrimos o concurso em 07/04/2016, adjudicámos a proposta em 03/05/2018 e de 03/05/2018 até agora foi todo o procedimento de validação em Tribunal de Contas até podermos celebrar o contrato, e agora sim, estarmos em condições com a validação que foi feita pelo Tribunal de Contas no mês passado, no fundo, o trazer a esta Assembleia Extraordinária é para ganharmos tempo, que assim permite-nos que ainda hoje depois de aprovado se envie o processo para o Tribunal de Contas para que efetivamente ele seja validado durante este período e que para setembro possamos ter uma validação do Tribunal de Contas para de imediato iniciarmos este projeto de investimento, em que de uma forma criativa digamos assim, conseguimos fazer um investimento elevado, estamos a falar de 10 milhões e meio de investimento em todo este sistema, em que, basicamente o município não faz nenhum investimento à cabeça, antes pelo contrário, mesmo a compra que é feita do edifício por trás da Igreja da Misericórdia, acaba por ser ela própria financiada pelo próprio valor de 3 milhões 250 mil euros que a concessionária paga à cabeça para ficar com a concessão, e portanto, num Concurso Público Internacional com todas as características que ele tem, de enfim, da transparência, de enfim, das várias plataformas em que isto é utilizado, e também os vários crivos porque passou, porque desde a avaliação do júri, a adjudicação, ao visto do Tribunal de Contas, enfim, vejam só o percurso, e para que se perceba que de facto um processo iniciado em 07/04/2016 terá a sua conclusão do ponto de vista de se efetivar obra, se tudo correr bem, em setembro de 2019, isto é, 3 anos e alguns meses depois, portanto, 3 anos e 4 meses sensivelmente depois, para que se perceba a complexidade de um Concurso Público Internacional, até se chegar à fase da adjudicação, e portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, esperar que efetivamente esta proposta mereça a aprovação deste órgão municipal. Muito obrigado. ---

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Tem a palavra o Deputado Diamantino Santos. -----

----- **DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito bom dia a todas e a todos. Cumprimento naturalmente o Senhor Presidente da Mesa desta Assembleia, assim como a Senhora e o Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara as nossas saudações, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Público em geral se for o caso, Funcionários, muito bom dia a todos mais uma vez. Ouvi atentamente as palavras do Senhor Presidente e naturalmente que me retirou muitos dos apontamentos que aqui tinha para dizer porque, a sua explicação foi clarividente, e, portanto, resta-nos a nós Membros do Grupo do Partido Social Democrata, dizer que, de facto o que aqui estamos a discutir é um compromisso, é um Concurso Internacional, esta peça, ou esta infraestrutura estava acoplada a esse concurso, e portanto, como somos pessoas de cumprir a nossa palavra, não nos resta mais do que efetivamente concordar com o que aqui disse, até porque, é uma

infraestrutura importantíssima para aquilo que hoje é uma revolução na nossa cidade em atitudes e em comportamentos. O transporte público é hoje fundamental para as sociedades que querem evoluir, que querem crescer, nós felizmente começámos com os transportes públicos, seja das freguesias rurais, seja das zonas periurbanas e também da freguesia urbana, e damos conta que, paulatinamente este processo, este projeto está a melhorar, e os viseenses estão de facto a aderir. Essa é uma responsabilidade nossa como eu já disse aqui algumas vezes, é um projeto novo, de revolução da mobilidade na nossa cidade e no nosso concelho, e portanto, merece o compromisso e a proatividade de todos nós no sentido de renovarmos mentalidades e percebermos que se as cidades querem ser mais amigas do ambiente, mais sustentáveis, não podem ter outra forma que não seja a aposta no transporte público, e, nesse sentido os parqueamentos são fundamentais, e portanto, vemos a infraestrutura do Parque subterrâneo de Santa Cristina como uma peça de todo este puzzle, importantíssimo para que efetivamente a mobilidade na zona urbana da cidade seja mais fácil e mais acessível. Eu relembro que, provavelmente não estarei muito longe da realidade quando disser que nesta altura, neste momento, talvez 40% do tráfego que circula na cidade se deva a automobilistas que procuram estacionar as suas viaturas.-----

E, portanto, neste sentido, não tenho dúvidas nenhuma que todos nós, Membros do Partido Social Democrata irão votar favoravelmente esta proposta, porque é melhor para Viseu, é melhor para todos nós. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires-----

----- **TRÊS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Excelentíssimo Senhor Presidente e Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia, Comunicação Social.-----
Passo então a fazer a minha apreciação. -----

A palavra “resgate” causa-me arrepios só da lembrança dos horrores sociais desses tenebrosos tempos. “Resgate” no caso presente, é mais suave, no sentido de negócio, transação, investimento público para usufruto privado. -----

A proposta de “resgate” financeiro do parque de estacionamento de Stª Cristina que a Câmara Municipal de Viseu traz hoje a votação, é legítima e prevista na Escritura de Concessão de 1998. Contudo o mais elementar dever de informação o órgão deliberativo, recomendaria que as conclusões do Júri que avaliou as propostas e o caderno de Encargos do “Concurso Limitado por Prévia Qualificação” que atribuiu à Saba Portugal Parques de Estacionamento, S.A., que já detinha a exploração do estacionamento na cidade, a concessão desse negócio por mais 15 e 30 anos respetivamente, nos tivessem chegado. -----
Pode o senhor Presidente vir dizer que a verba para o “resgate” já estava prevista no “Concurso Limitado...” e que esta é uma operação a “custo zero para o Município”, que eu não estou a ver como. Então, se a Câmara, dos 3 milhões que diz ter recebido pela atribuição da Concessão vai entregar mais de 2 milhões à Saba, o negócio é a “custo zero”? O mais caricato e inverosímil em tudo isto, é que a SABA recebe 2 milhões de euros da Câmara e fica com o Parque de Estacionamento de Stª Cristina, imaginem, por mais 30 anos, exatamente o número de anos que faltavam para o término do anterior contrato. Pode ser tudo muito legal, mas que é um negócio esquisito não restam dúvidas. -----

E quanto às afirmadas verbas consignadas para o “resgate” no “Concurso Limitado...” curiosamente (a febre das declarações para a comunicação social tem destas perversidades), dizia o Senhor Presidente à Agência Lusa, em 7 de Abril de 2016, que “o que terá de existir é meio milhão de euros à cabeça, que nos permite adquirir os edifícios do logradouro da Rua Silva Gaio...”. Foi por esquecimento que não falou da verba para “resgatar Santa Cristina”? É que, em fevereiro de 2019, disse à comunicação social que quem ganhou teve de por à cabeça 3 milhões de euros, para a Câmara comprar o Parque. Sublinho, comprar o Parque. Então as condições do Regulamento do Concurso, que nunca

nos foi fornecido, foram alteradas entretanto? -----
Mas não é a única contradição existente entre as declarações públicas do Senhor Presidente e o resultado do “Concurso Limitado por Prévia Qualificação” para o Contrato de Concessão, Construção, Exploração e Gestão do Estacionamento da Cidade. Dizia o senhor na mesma entrevista de 7 de abril de 2016, que “o Contrato de Concessão terá um valor previsto de 9,25 milhões de euros...”. Em 5 de Maio de 2019, disse à Comunicação Social que em resultado do “Concurso Limitado...” a concessão foi entregue à SABA por 3,25 milhões de euros. Em que fase do processo de concurso limitado se perderam os outros 6 milhões de euros? Será que a Saba, naquele processo do dá cá toma lá, recebe 2 milhões e deixa de pagar 6 milhões? Em face destas dúvidas elementares, é legítimo perguntar igualmente, se a verba inicial dos 9 milhões de euros não foi empolada somente para justificar o lançamento de um “Concurso Limitado por Prévia Qualificação” e deixar de fora empresas sem esse estofo financeiro para a operação? É do mais elementar dever democrático, que estes números e contradições sejam devidamente explicados à Assembleia e à população. -----

Também segundo as afirmações do Senhor Presidente já por mim citadas, tudo isto era para “estar em funcionamento no primeiro semestre de 2018, já com as ciclovias concluídas”. Como não há ciclovias, e o “resgate” atrasa o visto do Tribunal de Contas, projecta-se agora para o próximo ano e meio a entrada em funcionamento deste “negócio de milhões”. -----

Os anos que passaram entre o lançamento do “Concurso Limitado...” e a actualidade, deixam perceber que não existe um verdadeiro problema de estacionamento na cidade e que o objectivo fundamental que lhe está subjacente, não é bem resolver o problema do estacionamento nas zonas de maior pressão na cidade, nem facilitar o acesso ao centro, como diz, mas antes, proporcionar um bom negócio à concessionária, aumentando as áreas de estacionamento pago e o valor da tarifa e reduzindo as áreas de estacionamento gratuito, na Capitão Silva Pereira e junto ao Funicular. -----

Como é que se diminui o “número de carros no centro”, aumentando a capacidade de estacionamento no Centro Histórico? É uma contradição insanável. Como é que se melhora o “ambiente urbano”, destruindo árvores e zonas verdes e colocando carros no seu lugar? Tudo falácias para iludir incautos. É que o sistema de cobrança e controle até pode ser muito “inteligente”, mas vai sair caro, em termos ambientais e financeiros, aos viseenses. -----

Como é fácil de perceber, se o objectivo de promover maior rotatividade, menos poluição e pressão automóvel no centro da cidade, fosse sincero e uma preocupação estrutural, tinha-se elaborado ...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada?-----

- A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires prossegue a sua intervenção dizendo: Termina já Senhor Presidente.-----

... ser elaborado um estudo e implementado medidas pedagógicas que estimulassem o estacionamento dos veículos vindos do exterior, na Avenida Europa, na Radial de Santiago, na Zona do Politécnico/Quartel, nas zonas que antecedem o Palácio do Gelo e outras (Feira de S. Mateus, Feira Semanal) que um estudo global devia equacionar, garantindo a Câmara a segurança dos veículos e o transporte para o centro da cidade, mediante cobrança de um bilhete aos auto transportados. O Executivo, apenas alvitra a possibilidade desse estacionamento fora da cidade, sem nenhum plano, sem nenhuma medida de estímulo, sem uma estratégia que possa convencer os automobilistas a experimentá-la. Nada, o que é preciso, ao contrário do que se afirma, é rentabilizar com mais parques de estacionamento pagos, incentivando à sua utilização, o negócio do estacionamento. Termina dizendo Senhor Presidente, o verdadeiro problema da cidade não é a falta de parques de estacionamento, mas a falta de parques infantis, cuidados, com sombra, com aparelhos didácticos e de diversão adequados e inclusivos, onde as famílias possam conviver ...-----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Senhora Deputada. Estamos a chegar aos sete minutos. -----

- A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires termina a sua intervenção dizendo: Termino Senhor Presidente. -----

... onde as famílias possam conviver em ambiente descontraído e saudável. O Parque de Santiago tem aparelhos mas não tem sombras, o do Fontelo está encerrado, o do Parque Aquilino Ribeiro, sendo a única alternativa, está completamente sobrelotado, e incapaz de dar respostas. Muito obrigada Senhor Presidente pela compreensão. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Eu pedia a todos algum cuidado porque o que está previsto são 4 minutos, e a Senhora Deputada usou 7 minutos., e por isso, a tolerância... -----

O Senhor Presidente da Mesa é interrompido por um elemento do público não sendo no entanto perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo: Onde está? Eu acho que tem que haver respeito pelo Órgão. A questão é do Órgão, não é de quem está a assistir. É do Órgão Certo? Agradecia respeito pelo Órgão? A situação que queremos aqui dizer, é que está combinado perfeitamente, e faz parte do Regimento, são 4 minutos. Certamente que temos que entrar em linha de conta com alguma tolerância, e a Mesa tem tido essa tolerância, agora, uma coisa é uma tolerância de quatro outra é sete. Poderão verificar aqui, está bem. Uma coisa é uma tolerância de um minuto, de meio minuto e a Mesa tem assumido isso. Está no Regimento, e por isso gostaríamos que todos os Senhores Deputados tivessem em consideração isso. Tem a palavra o Deputado Helder Amaral. -----

----- QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ HELDER DO AMARAL (CDS/PP): Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssima Vereação, Senhoras e Senhores Deputados. -----

- Senhor Presidente, avise-me quando estiver a chegar perto do fim do meu tempo, que eu quero cumprir escrupulosamente os tempos regimentais, e gozar da tolerância que me for dada. Eu estava a fazer um esforço para me lembrar porque é que o CDS se absteve nessa proposta, mas não vou levar o esforço longe de mais para criticar uma boa proposta, porque terei tempo e seguramente capacidade de encontrar zonas da governação autárquica para criticar, elas até são muitas. -----

Nesta matéria em concreto, presumo que o que norteou algumas dúvidas ao CDS são aquelas que julgo que permanecem ainda hoje. Têm a ver com a duração do contrato. Eu percebo, quer os valores, quer os prazos, são fruto de uma negociação, e essa negociação tem que ter a chancela do Tribunal de Contas, como terá que ter a chancela da Autoridade da Concorrência, mas isso não tem a ver com a Câmara, terá a ver com a empresa fornecedora do serviço, mas tem a ver com aquilo que hoje eu considero fundamental. O critério mais importante de competitividade de uma cidade europeia, chama-se mobilidade. Quanto melhor e mais eficiente for a mobilidade mais competitiva será a cidade, é hoje uma peça fundamental, e portanto, tudo o que possamos fazer para melhorar a mobilidade, e com essa melhoria da mobilidade nos tornarmos mais competitivos, o CDS está de acordo. Agora, nós nunca evoluímos tanto tecnologicamente, mas também nunca evoluímos devagar tecnologicamente, e eu registando que estamos a tentar ir às melhores práticas europeias naquilo que se trata em termos de parques de estacionamento, a verdade é que não demorará muito tempo que teremos que ter faixas para mobilidade autónoma. Nós teremos mobilidade autónoma muito brevemente, teremos que ter faixas para um outro conjunto de mobilidades, e portanto, um parque de estacionamento todo ele tecnológico, e porventura com as melhores tecnologias, dentro de 30 anos estará obsoleto. Se o contrato prever, como prevê qualquer contrato bem feito, de partilha de riscos, que a inovação está a cargo dos privados, ou é da responsabilidade dos privados, mesmo que seja até partilhada, porque essa inovação tem custos, eu acho que teremos um bom contrato, portanto, isso é preciso prever, porque, é muito fácil incentivar o uso de parques desde que eles sejam fáceis de usar, fáceis de pagar, seguros, e têm que ter

uma complementaridade com toda a rede de mobilidade da cidade. Não faz nenhum sentido, e eu não vou criticar a localização dos parques porque acho que esses parques trazem essa competitividade à cidade, é como eles se conjugam com a mobilidade do MUV, ou seja, quem usar o parque, imediatamente saber que tipo de transporte pode usar para chegar ao seu destino, porque só isso é que funciona como verdadeiro incentivo para que se usem os parques, e para que se retirem carros da cidade, e porque é que eu olho para o prazo, está aqui alguém que foi feroz a criticar o excesso de carregamentos elétricos, hoje todas as cidades têm lista de espera para carregamento de carros elétricos, ou seja, nós temos que duplicar, triplicar. Vão surgir empresas para carregamentos elétricos, vão surgir várias formas de pagamentos de carregamentos elétricos, ou seja, vai haver cada vez mais mobilidade elétrica, e por isso é que, registo com agrado que todos esses parques terão essa inovação. O cuidado é esse, é que, parece-me que o prazo do contrato, para aquilo que é a evolução que aí vem, nomeadamente em termos de mobilidade, hoje os estudos indicam que a profissão que terá fim anunciado será a de motorista, porque haverá seguramente mobilidade autónoma, e portanto, se Viseu quer estar na linha da frente como o Senhor Presidente diz, e eu não tenho nada contra isso, tem que olhar para que haja aqui espaço para que Viseu possa... porque às vezes ser o primeiro tem este custo, possa ser o primeiro, mas ter sempre capacidade para se atualizar, capacidade de a empresa e de o contrato prever para que possamos sempre adaptar todas as novas tecnologias que possam surgir no mercado, sem que isso traga mais custos para o município e para os utentes. De resto Senhor Presidente, nesta matéria, não vou criticar o tempo, é evidente que há propostas e intenções, poderia já estar feito, mas, também aqui, porventura fazê-lo agora beneficiamos de um conjunto de novas tecnologias que não existiam no passado, e portanto, às vezes estes atrasos, sendo de registar, tendo em conta a promessa política, é verdade que nós podemos tirar aqui benefícios, desde que isso também seja tido em conta com a própria empresa que venha a ter isto. -----

Sobre o resgate, parece-me perfeitamente racional, não faz sentido ter várias entidades a gerir vários parques. A visão global, sistémica, interoperabilidade, intermodalidade, é fundamental nesta matéria e portanto, nada a opor. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Pronto. Deputada Filomena Pires, eu fui induzido em erro porque há uma contradição no Regimento, e eu costumo assumir os meus erros, e não tenho problemas em assumir, que é um problema do Regimento. Eu tive aqui o nosso Primeiro Secretário que me alertou para a situação. Eu sempre procedi de acordo com os 10 minutos, e quando ele me alertou dizendo que na grelha do anexo estão 4 minutos, eu intervim nessa perspetiva. Tive o cuidado de com calma ir ver o que é que está, e nós temos um problema no Regimento que vai para a Conferência de Líderes em que, eu tenho sempre até hoje procedido assim, ou seja, eu tenho sempre procedido nos 10 minutos, tenho procedido sempre porque é o que está no Regimento, quando aqui ele me alertou para os 4 minutos, eu de imediato vi que no anexo está correto, estão lá 4 minutos, e por isso é que dei a tolerância e chamei atenção, de qualquer maneira, a seguir, tive o cuidado de ir ver o Regimento, e nós temos esta contradição no Regimento. No Artigo 42º temos uma coisa, no anexo está outra, pronto, é uma situação que tem que ser analisada, tem que ser retificada e que é um erro que foi de toda a Assembleia, do Plenário que o aprovou. Por isso, tem razão, e eu peço desculpa porque eu sempre procedi assim. Só para dizer, eu sempre procedi na base dos 10 minutos, eu sempre procedi na base dos 10 minutos, e por isso, até hoje tenho procedido assim. Quando sou alertado, eu reajo perante os 4 minutos, porque também no anexo estão os 4 minutos como já demonstrámos, por isso, temos uma contradição no Regimento, mas tem razão em relação ao processo, e por isso, dou-lhe razão, estou-lhe a explicar a situação, dou razão e este problema da contradição tem que ser ultrapassado em termos de uma nova análise em relação ao Regimento, está bem? -----

A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- ***O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo:*** Tem 3 minutos, pode concluir. Tem a palavra para concluir. Neste aspeto, pode concluir, e peço imensa desculpa, fui induzido pelo anexo e por esta contradição que tem o Regimento, e isto nunca aconteceu porque eu sempre funcionei com os 10 minutos. Tem a palavra. -----

----- **CINCO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito obrigado Senhor Presidente por ter de facto corrigido a situação. Obviamente que a minha expectativa estava nos 10 minutos, e portanto, eu estava a usufruir daquele tempo a que tinha direito.-----

Gostaria de tornar apenas mais claro que efetivamente, relativamente à questão onde a minha intervenção foi interrompida retomar que: O Executivo, apenas alvitra a possibilidade desse estacionamento fora da cidade, sem nenhum plano, sem nenhuma medida de estímulo, sem uma estratégia que possa convencer os automobilistas a experimentá-la. Nada, o que é preciso, ao contrário do que se afirma, é rentabilizar com mais parques de estacionamento pagos, incentivando à sua utilização, o negócio do estacionamento. Caso contrário, se a preocupação fosse o bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos e o ordenamento do trânsito para a preservação do ambiente, teria de prevalecer a perspectiva do serviço público. E para isso era necessário que a gestão e fiscalização do estacionamento fosse desenvolvida directamente por uma entidade pública (Câmara Municipal ou Empresa Municipal, com a fiscalização a cargo da Polícia Municipal), o que não está a acontecer. -----

O problema a que é necessário dar resposta na cidade de Viseu não passa pela construção de mamarrachos em zonas sensíveis do centro histórico ou na utilização de espaços verdes que deveriam ser transformados em lugares públicos de lazer e valorativos da atractividade do Centro Histórico, em meros veículos de lucro. -----

E, repito, o verdadeiro problema da cidade é a falta de Parques Infantis, cuidados, com sombra, com aparelhos didácticos e de diversão adequados e inclusivos, onde as famílias possam conviver em ambiente descontraído e saudável. O Parque de Santiago tem aparelhos mas não tem sombras, o do Fontelo está encerrado, o do Parque Aquilino Ribeiro, sendo a única alternativa para as crianças e os pais da cidade, fica sobrelotado, sem capacidade de resposta para tanta procura. -----

Por isso senhor Presidente, no logradouro da Rua Silva Gaio, com vista privilegiada sobre o Pavia e toda a zona ribeirinha, o que faz falta é um Parque Urbano de Lazer, com Parque Infantil, que atraia pais e famílias ao Centro Histórico durante o dia, onde estas possam usufruir das sombras, da paisagem, da monumentalidade e da oferta dos produtos do comércio local, que não se resume, muito pelo contrário, aos inúmeros bares existentes. Uma “Via Pedonal para Carrinhos de Bebés e Cadeiras de Rodas” a começar no Centro Histórico, é que colocaria Viseu na vanguarda do bem-estar, não a banalidade da georreferenciação ou o pagamento do estacionamento com cartão. -----

Votarei contra esta proposta e não descansarei na denúncia deste atentado ambiental. -----
Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Catarina Vieira. -----

----- **SEIS – A SENHORA DEPUTADA CATARINA ALEXANDRA VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhores Jornalistas, e Funcionários em exercício. -----

Ora, a SABA, juntamente com a EGIS Road Operation Portugal, assinou uma renovação/acordo por três milhões e duzentos e cinquenta mil euros em maio de 2018, tendo ambas ficado com a concessão, construção, exploração, gestão, manutenção e fiscalização dos actuais e futuros parques de estacionamento e dos lugares públicos de estacionamento pagos na via pública. Contrato esse que, para o parque da Santa Cristina ficará em vigor por 30 anos. -----

Assim, e por partes: -----
Sendo que a Câmara Municipal de Viseu quer resgatar a SABA por 2.500.000,00€, como fica a posição da EGIS Road Operation Portugal em que os dois concessionários assinaram um acordo com a Câmara Municipal de Viseu? Ficam na nova Gerência? Não ficam? -----

No documento, invoca o valor temporal da moeda, para efeitos de cálculos do valor de resgate! No entanto, ninguém consegue (e com base no passado económico do país) determinar a valorização ou desvalorização da moeda, pois atualmente a economia sofre variações constantes e, deste modo, ora o Euro está forte, ora está fraco, consoante “n” variáveis. Assim, esta suposta valoração do resgate, não deveria ter esse factor em conta, mas sim, com base no contratado, devolver as parcelas remanescentes. -----

A SABA apresenta valores tidos com despesas relacionadas com insalubridades nas infraestruturas! Mas depois “varre para debaixo do tapete” parecendo dar a entender que, se pagarem os 2.500.000,00€ fica tudo arrumado e vão embora! Questão: -----

Não devia ter a autarquia efetuado as devidas reparações nas infraestruturas? -----

A autarquia teve conhecimento destas intervenções? -----

A autarquia – se de facto teve conhecimento – autorizou as referidas intervenções? -----

A SABA evidencia/indica despesas com máquinas e obras de manutenção, a qual apresenta no devido relatório, quase que, como culpa da autarquia para as suas manutenções! -----

(Desconhecendo o contrato assinado à altura, uma vez que não nos foi disponibilizado nem está online para consulta) é a autarquia que assume os custos de manutenção das máquinas no interior do parque, que é propriedade do concessionário! -----

A SABA parece estar a querer inflacionar o regaste com base nas despesas que teve! -----

Em suma: -----

Convém perceber em que ponto fica a EGIS Road Operation Portugal neste resgate! -----

Se fizeram um acordo em 2017 por 3.000.000,00€, e – ao que parece – vão resgatar “Só” o Parque de Santa Cristina por 2.500.000,00€? Então e o resto do “Smart Parking em Viseu?” Fica concessionado pelos 30 anos à SABA? Os tais 1700 lugares de estacionamento? -----

E a Berrelhas entra na história? -----

E como já aqui dissemos várias vezes, o verdadeiro smart parking em Viseu seria haver parques de estacionamento na periferia e não em pleno centro da cidade, muito menos no centro histórico, tal como explicámos quando votámos contra estas medidas. -----

Já agora, onde está o regulamento municipal do estacionamento público? Disse. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Alberto Ascensão. -----

----- SETE – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, incluindo as Senhoras e os Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral. Este resgate que hoje estamos aqui a discutir e vamos votar, é a última peça de um procedimento muito mais complexo, e cujo prazo começou a contar como foi aqui informado hoje pelo Senhor Presidente em 2016, aliás, demonstrou bem o que é a mora que têm estes procedimentos concursais quando se trata de concursos complexos, não só na autarquia, noutros fóruns também, os procedimentos têm o seu tempo, têm os seus passos, e por isso demoram este tempo todo como muito enfatizou aqui o Senhor Presidente da Câmara. Mas, como dizia, esta é a última peça de todo um puzzle, que começou com a abertura do concurso para uma nova concessão dos parques de estacionamento pago em Viseu, e que, portanto, em 2016, cuja adjudicação veio a verificar-se em 2018, depois da classificação das propostas onde por coincidência, a adjudicatária, a concessionária, é exatamente a mesma que já tinha o Parque de Santa Cristina. Não temos nenhuma razão objetiva para questionar a

legalidade de todos os passos que estão a montante deste resgate em todo este processo. O Tribunal de Contas já deu o seu Visto a uma parte do processo, a outra parte será objeto do mesmo visto, mas, como digo, não temos nenhuma razão objetiva para questionar, enfim, os procedimentos e a legalidade de todos os passos que estão a montante deste resgate. Temos, contudo, as nossas dúvidas se a forma como está a ser feito todo este processo, como o processo está a ser levado a cabo, se será aquele que interessa mais aos Viseenses. Ponho a hipótese de não ser coincidente com aquele que teríamos se fôssemos nós a executá-lo, é óbvio, e o Senhor Presidente vai certamente concordar que qualquer outra pessoa teria uma solução diferente, qualquer outra instituição teria uma solução diferente, ainda que próxima. Contudo, gostaríamos de deixar aqui algumas dúvidas que se nos levantam e que se prendem exatamente com o resgate, mas também com tudo o que lhe está subjacente. A duração do novo contrato está prevista, as contas do resgate foram feitas e revistas, ou melhor, reformuladas por uma empresa exterior à Câmara Municipal, que depois redundou num montante diferente daquele que era pedido pela concessionária. Uma vez que a concessionária é a mesma do contrato anterior, gostaríamos de saber qual é o prazo de pagamento deste resgate, se será amortizado, se será pago a prestações, qual a forma como isto irá ser resolvido no futuro? -----

Por outro lado, também gostaríamos de perceber, se este resgate, comparativamente com aquilo que era o contrato inicial traz algumas vantagens ou não para o município? O que é que eu quero dizer com isto? Quero perguntar se de facto não seria mais vantajoso negociar o contrato que havia, e fazer e fazer um novo contrato (eu falo em contrato/concessão) uma nova concessão para o resto do estacionamento pago na Cidade de Viseu? Não temos os números concretos relativamente aquilo que é o valor da nova adjudicação do Parque Santa Cristina para podermos comparar do benefício ou não para a Câmara Municipal, do benefício ou não para a empresa concessionária. Quem é que sai com vantagens neste contrato? -----

Mais uma vez deixava também a dúvida e gostaríamos de ser esclarecidos, se em vez do novo contrato, do novo concurso, englobando todo o estacionamento pago na Cidade de Viseu se não teria sido preferível negociar? -----

Por outro lado também gostaríamos de deixar aqui o nosso desejo, a nossa vontade, de que, tendo em conta a evolução tão rápida que estas coisas têm, como já foi aqui referido por alguns dos meus antecessores, nomeadamente o Deputado Helder Amaral, se o novo contrato, se o contrato que já foi firmado, que não veio a esta Assembleia, porque não tinha quer vir, se prevê nalguma das suas cláusulas um resgate, entre aspas, que possa ser feito sem os custos que este que estamos a apreciar teve, isto para que, a qualquer momento o município possa reformular toda a estratégia que com esta concessão lança no estacionamento pago em Viseu. Gostaríamos de ver estas dúvidas esclarecidas, se possível. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais algum do Senhores Deputados quer usar da palavra? Hão havendo mais nenhum pedido, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Então vamos por partes: A expressão resgate, é uma expressão jurídica, não tem cunho nenhum. Resgate é uma expressão jurídica. -----

Segundo aspeto, os procedimentos concursais. Essas regras foram definidas em 07/04/2016, se era preciso discutir alguma questão sobre o procedimento concursal, teria sido nesta altura, 07/04/2016. Estamos a falar de um Concurso Público Internacional com prévia qualificação, fixado não só na plataforma nacional, mas também na plataforma europeia, e portanto, desse ponto de vista, total transparência, as regras estão lá todas. Quem não conhece os procedimentos ou as peças, é porque não foi consultar a plataforma. Vá à plataforma que está lá tudo. Está lá acessível aos Membros da Assembleia, como está acessível a qualquer cidadão que consulte a plataforma, e portanto, do ponto de vista dos procedimentos estamos falados. -----

Resgate, porquê? Porque havia uma concessão antiga que prolongaria o prazo da utilização daquele parque de estacionamento e não faria sentido haver uma nova concessão e manter paralelamente uma outra, e portanto, a opção foi feita no sentido de no concurso se fazer o resgate à data da nova celebração do contrato para que houvesse uma concessão única do ponto de vista do estacionamento. Obviamente que não está aqui o Parque de S. Lázaro, que é um parque que continua sob gestão da SRU. ----- Depois, em relação à filosofia que está na base disto. Antes de mais realçar que toda a concessão do MUV é feita de uma forma interna, isto é, há uma equipa que é constituída dentro da autarquia para desenhar o MUV, Mobilidade Urbana de Viseu. ----- Recorre a consultores. Recorremos a um consultor para a Mobilidade Suave, recorremos a um consultor para a área dos transportes propriamente dito e recorremos a um consultor para a área dos parqueamentos. Mas, internalizámos na nossa equipa e portanto, todo modelo que foi concebido para o MUV, em que há várias peças, o MUV tem o MUV Parque, que foi objeto de um Concurso Público Internacional, na lógica do princípio do utilizador/pagador. Foi objeto de outro Concurso Público Internacional para a concessão dos transportes, e depois tem também a componente da Mobilidade Suave, portanto, há este conjunto de peças. Por outro lado, como é que se concebeu a cidade em si? Obviamente que um dos objetivos é, que quem chega à cidade poder deixar os carros nos parques de periferia, daí o Parque da Feira de S. Mateus, o Parque da Feira Semanal, e também os Parques junto à Fonte Cibernética, com um reforço do parque que fica do lado direito, e portanto, antes de mais, estimular as pessoas que chegam à cidade, ou mesmo quem seja da cidade ou de outras freguesias a deixar no parque, por outro lado, a criação do sistema C1 e C2. Hoje, de 20 em 20 minutos, passa em cada um destes parques o C1 e C2 que pode colocar as pessoas em qualquer parte da cidade. Portanto, para quem não quiser pagar estacionamento, dois objetivos, poupa dinheiro e poupa o ambiente da cidade do ponto de vista da circulação automóvel, e portanto, parques de periferia estão perfeitamente consagrados aqui. ----- Segundo aspeto, criar estacionamento no Centro Histórico, é um problema, um constrangimento que o Centro Histórico tem. Foi exatamente pensar, onde é que vamos localizar novos parques, com um objetivo, o que nós pretendemos é, depois destes parques instalados, vamos limitar o acesso à Praça D. Duarte, ao Adro da Sé que já está, aliás, fui muito criticado há dois anos e tal quando proibi o estacionamento no Adro da Sé, o Largo da Misericórdia e o Largo Pintor Gata, estes quatro espaços, que aliás, vão ser objeto de operações de ajardinamento que vão ser inauguradas no dia 21 de setembro, seja o Pintor Gata, a Misericórdia e também outros espaços da cidade, a Prebenda, são espaços que no futuro, quando tudo isto estiver a funcionar terão acesso condicionado, só para moradores e para utilizadores do próprio Centro Histórico, e passam assim a ser espaços que podem a ser fruídos pelas famílias, aliás, antecipamos já para este verão, à sexta e sábado a fruição daqueles espaços sem carros, o que de facto permite andar com o tal carrinho de rodas e com os carrinhos de bebés, e permite que as crianças possam brincar com as suas famílias no Centro Histórico, esse é um dos objetivos. E portanto, obviamente que, para criarmos condições, ou melhor, para tirarmos o estacionamento e para tirarmos o tráfego de viaturas destas quatro praças, é preciso criar condições, e essas condições são exatamente criadas com a criação destes parques de proximidade, o Parque do Logradouro, atrás da Misericórdia, o Parque junto ao Funicular, na Capitão Silva Pereira, e depois o próprio Parque da Santa Cristina que sofre um *upgrade*. Ora, se concebemos este sistema como um todo, também não deixámos de colocar um percurso elétrico, isto é, já estão a funcionar neste momento os autocarros elétricos para o Centro Histórico, exatamente para quem quiser apanhar por exemplo na Central de Camionagem, no Centro de Mobilidade e Transportes pode ir calmamente no veículo elétrico até ao Centro Histórico, portanto, todo o sistema está pensado de uma forma integrada, assim como as vias cicláveis também passarão pelo meio do Centro Histórico, permitindo que as bicicletas ou as trotinetas possam passar no âmbito do Centro Histórico, portanto, tudo

isto está pensado de uma forma integrada.-----
Quais são os números que estão aqui em causa? Enfim, todo este procedimento é um Concurso Público Internacional transparente, com visto do Tribunal de Contas e agora um segundo visto para o resgate do Parque de Santa Cristina, que até inicialmente tinha um valor de resgate de 2.4 milhões e acabou por ficar em 2 milhões, é disto que estamos a falar. Qual é o valor total do investimento? Estimamos que estamos a falar da 10.5 milhões de investimento total, isto é, a concessionária, com a assinatura do contrato, e logo no dia em que possa operacionalizar o contrato, tem obrigação de fazer um investimento que se estima em 10.5 milhões de euros. O que é que está neste investimento? Estão exatamente a qualificação dos parques existentes que entram na concessão, está a construção dos novos parques, está também todo o equipamento que vai ser instalado nos diferentes espaços, sejam os carregadores elétricos, seja enfim, a parte dos parómetros, tudo isso, o sistema em si, com uma cláusula que também estava no Concurso Público, que era, a Câmara Municipal de Viseu ficará a controlar todo o sistema de mobilidade da cidade, não só os autocarros, como enfim, também, os parques de estacionamento, obviamente que o próprio concurso prevê que haja atualizações, obviamente quando nós estamos a falar de uma concessão por 30 anos para a Santa Cristina e para os novos parques e 15 anos para os atuais parques e para o estacionamento da via pública, estamos a falar de um período que obviamente é dinâmico e tem que ir fazendo a sua atualização. Obviamente que também, a concessionária pagará os 3.25 milhões à data do início da concessão, como não podia deixar de ser, e portanto, quase que se encontrará aqui uma coincidência em quando fizermos o resgate, obviamente que tem que haver um pagamento e um recebimento, iremos fazer coincidir o pagamento dos 2 milhões de euros, e recebimento dos 3.25 milhões, portanto, que não fiquem dúvidas sobre isto, e portanto, para que fique claro, que efetivamente, as coisas são assim.-----

Uma nota final. A preocupação pela qualidade de vida dos cidadãos é uma preocupação permanente. O ajardinamento das praças do Centro Histórico tem exatamente esse objetivo, criar bancos onde as pessoas possam repousar, sombreamentos, espaços para que as pessoas possam fruir, por outro lado, se há município que tem dado muita atenção às áreas de fruição, é claramente este. O Parque Aquilino Ribeiro é um exemplo da forma como cuidamos o espaço público, é dos espaços mais procurados. O Fontelo que já está neste momento aberto ao público, nunca deixou de estar, tinha era zonas condicionadas, inclusivamente o parque infantil que não será o definitivo, está provisoriamente a funcionar para que as pessoas o possam fruir. O Parque de Santiago, enfim, se a natureza ainda não fez o seu trabalho de fazer crescer as árvores, esse não é um problema do Presidente da Câmara, posso-lhe dizer que, foram plantadas centenas de árvores no Parque de Santiago que com o tempo permitirá que o Parque de Santiago fique exatamente como os sombreamentos, agora enfim, o Presidente da Câmara não tem uma varinha mágica para fazer crescer, aliás, acho até um comentário, enfim, nem o vou qualificar, porque efetivamente é um comentário mau de mais. Por outro lado, nós não podemos criar condições só para as crianças da cidade, há mais de 50 parques infantis que foram construídos por essas freguesias fora, e estão aqui ao Senhores Presidentes de Junta que em todas as suas freguesias têm parques infantis com qualidade para que as suas crianças possam usufruir, isto não é um exclusivo das crianças da cidade, e, a verdade é que na cidade também, nós temos de facto parques em várias localizações, e está previsto ainda dotarmos noutros lados, por exemplo o parque da Quinta da Cruz. A Quinta da Cruz é um espaço fantástico para a fruição familiar, e portanto, até é bom que os viseenses se habituem a fruir do parque da Quinta da Cruz que tem condições como nenhum outro para as crianças poderem lá estar, e está neste momento previsto, está um projeto já aprovado na Câmara, para um parque, um parque com características especiais para que as crianças também possam fruir do parque da Quinta da Cruz. Portanto, estamos a falar de uma política integrada virada sempre para a qualidade. Se há algo que nós prezamos muito é a família, ao contrário de alguma esquerda que quer destruir a família, nós não,

nós queremos continuar a alicerçar a nossa sociedade na base do respeito pela família, dos valores da família, da vida comunitária, do respeito pelo crescimento das crianças, e a aposta que temos vindo a fazer na educação é disso um grande exemplo, hoje estamos no top ...-----

A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires intervém do seu lugar, não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: Ó Senhora Deputada, eu agradeço que tenha educação que é isso que às vezes lhe falta. Estamos hoje no top do sistema educativo, temos hoje um sistema educativo público dos melhores do país, temos hoje integrado a parte cultural, a parte desportiva, e portanto, não aceitamos lições porque achamos que juntamente com a comunidade, porque este não é um trabalho só da câmara, é um trabalho da câmara, com as escolas, com os professores, com os auxiliares, com os pais, com todas as associações estão envolvidas, e orgulhamo-nos muito desse trabalho que temos vindo a fazer, e além disso não tenho visto nesta Assembleia críticas ao trabalho na Área Educativa e nem a perspetiva do envolvimento cultural e desportivo de toda a comunidade, talvez seja porque não há crítica a fazer, e portanto, os senhores ficam calados, e depois - lugares comuns, aí e não sei quê, temos que fazer isto -, enfim, nós estamos habituados a pessoas que falam muito e fazem pouco, agora a verdade é que nós concebemos este sistema numa perspetiva do utilizador pagador, pensando integradamente, porque não podemos pensar o MUV Parque sem o MUV Bus, isto é, nós temos que pensar a lógica dos parques de estacionamento, nós queremos é que efetivamente fiquem lugares disponíveis no Centro Histórico e no centro da cidade para quem quiser fazer compras, para quem quiser ir ao comércio de proximidade, quem quiser fruir, tenha lugares para poder estacionar, e portanto, todo o sistema está pensado assim. Portanto, eu acho que nós fizemos aqui um bom trabalho, passo a imodéstia, e queria também aqui saudar o Senhor Vereador João Paulo Gouveia e as nossas equipas, porque efetivamente nós não contratámos uma consultora para nos preparar este caderno, construímo-lo dentro da câmara, e acho que isto tem uma grande vantagem, é que hoje estão internalizadas dentro da câmara nos nossos quadros estas competências, e portanto, temos hoje gente qualificada dentro da câmara para poder desenvolver todo este processo de mobilidade, e posso-vos dizer que o MUV é hoje considerado exemplar do ponto de vista internacional, e isso acho que devia ser um motivo de orgulho, acho que não ficava mal à oposição dizer assim: ó Senhor Presidente parabéns, desenvolveram um bom sistema. Não ficava mal. Não ficava nada mal, enfim, mas nós também já estamos habituados a que tudo o que fazemos é muito mal feito, mas aquilo que o governo não faz é tudo bem feito.-----

Obviamente que concordo com o Senhor Deputado Alberto Ascensão quando diz que há procedimentos, e é isso, o que eu às vezes acho é, sol na eira e chuva no nabal, quer dizer, quando os procedimentos são desenvolvidos pela autarquia devia andar todos mais depressa, mas, vamos ter que abrir um novo concurso para as Urgências do Hospital porque o governo deixou cair o concurso atual e não conseguiu adjudicar as obras das urgências, e isto, não é muito mais grave? Olhe, até agora nós ainda não tivemos nenhum concurso que deixasse de avançar por falta de colocarmos lá o dinheiro para fazer as obras, e portanto, aí estamos logo em vantagem face ao Partido Socialista e ao Governo.--- Portanto, dizer-vos que, eu até me podia limitar hoje a chegar aqui e apresentar só ... o que vamos aqui deliberar que é só a operação de resgate, mas a consideração que este órgão me merece e que a população também me merece, leva-me a fazer esta apresentação e a dar todas as explicações, que não fiquem dúvidas, qualquer dúvida façam favor de a colocar, e lamento que não se valorize por exemplo o tratamento que vamos dar aos lugares de estacionamento para deficientes, até esperava que certas pessoas que até acham que são muito sensíveis para esta matéria enfatizassem, - ainda bem que também no sistema está previsto que se faça uma fiscalização de quem estaciona abusivamente no lugar de pessoas com deficiência - mas não, é preferível ver sempre as coisas pelo lado

negativa e procurar sempre criar problemas onde está um processo bem desenvolvido. Eu acho que a equipa da autarquia está de parabéns. Todos os nossos colaboradores que estiveram nisto e os nossos consultores fizeram aqui um excelente trabalho, obviamente que agora a prática vai nos obrigar seguramente a fazer afinações, e num prazo de concessão tão longo obviamente que a tecnologia vai avançando, a verdade é que nós passaremos a ter um sistema, e com o MUV na Palma da Mão os cidadãos passam a ter na sua aplicação de telemóvel acesso a toda esta informação *on time*, aliás, já aqui está em fase experimental uma parte do *online*. Portanto, olhem, eu penso que estamos a construir, isso é que é importante, é nossa convicção, é a convicção que estamos a construir um bom sistema para os cidadãos, isso é que é importante. Por outro lado, num investimento global de 25 milhões de euros, que é quanto custa todo o sistema de mobilidade, a verdade é que tivemos a arte de encontrar os mecanismos financeiros para o fazer, com dois concursos públicos internacionais, um para os transportes, outro para o estacionamento, candidaturas a fundos comunitários para a Central de Mobilidade e Transporte, para as vias cicláveis, para o espaço que estamos a fazer junto ao Hospital S. Teotónio, o Interface do Hospital, tivemos a arte e o engenho de procurar também dentro dos fundos comunitários encontrar o enquadramento certo para financiar algumas destas obras com 85%, portanto, mérito nosso, porque no final, nós teremos investido neste processo todo de dinheiro do município cerca de 2 milhões a 2 milhões e meio, e o resto resultará de todo este trabalho feito, em 25 milhões de euros, e portanto, estamos convictos que estamos que estamos a dar ... e fizemos isto com seriedade, pensando no futuro, pensando na evolução, pensando nas novas tendências, pensando na mobilidade do futuro, na partilha de carro, na partilha de bicicleta, na melhoria dos circuitos pedonais de que é exemplo a nossa circunvalação, a melhoria do circuito pedonal na circunvalação fez, e espero que continuemos, vou bater três vezes aqui na madeira, que, há dois anos e meio que não temos nenhum atropelamento mortal, o que significa seguramente que as medidas que foram implantadas têm resultado, agora, se este trabalho sério é desvalorizado pelas oposições, enfim, o juízo será feito é pelos cidadãos, os cidadão é que no fundo serão os grandes juízes de dizer, isto foi bem feito ou não foi bem feito, para já, já o reconhecem quer de tudo o que já está neste momento feito do MUV os cidadãos já o reconhecem, quantas pessoas dizem: finalmente temos transportes urbanos! Finalmente temos um transporte elétrico para a o Centro Histórico! Finalmente temos linhas como deve de ser para as freguesias! E a verdade é que o trabalho vai-se fazendo, os senhores vão falando e nós vamos fazendo o nosso trabalho. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Iríamos então proceder à votação. PONTO UM (1) **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO - PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO DE SANTA CRISTINA - PROPOSTA DE RESGATE - SABA PORTUGAL - PARQUES DE ESTACIONAMENTO S.A.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Por isso, foi aprovada com dois (2) votos contra e nove (9) abstenções. (Anexo 1 – Registo nominal das votações, páginas 483/484).*-----

Íamos passar ao Ponto Dois (2) **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA O ANO 2019 - REVISÃO N.º 3.**-----

Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Renovo os meus cumprimentos à Assembleia Municipal. -----
Esta intervenção... (e pedia a Senhor Chefe de Gabinete se punha ali as imagens do Centro de Mobilidade e Transportes) no fundo, esta deliberação que vamos tomar agora a seguir, complementa já muito do enquadramento que fiz, obviamente que o ponto central de todo o sistema de mobilidade é o novo Centro de Mobilidade e Transportes. -----
Primeiro, referir que houve uma opção deste executivo. Como sabem no PDM estava

prevista a passagem da Central de Camionagem, que era assim que ela se chamava, para trás da Cava de Viriato, junto ao Continente, onde ficaria também um parque de estacionamento de camionetas. A opção deste executivo não foi essa, foi alterar esta opção, e manter a Central de Camionagem onde ela tem que estar, no centro de cidade, numa lógica de fácil acessibilidade. Por outro lado, identificou-se de imediato o seguinte: Que era uma má imagem para a cidade, e era preciso criar um Centro de Mobilidade e Transportes moderno, que crie uma boa imagem, e que dê conforto a quem o usa diariamente. Estamos a falar de 5 mil pessoas que passam por este Centro de Mobilidade e Transportes diariamente. Outro aspeto que cuidámos foi, quando encomendámos o projeto, passar a ter lugares de estacionamento, e portanto, isso também foi aqui atendido. Portanto, no fundo, o Centro de Mobilidade e Transportes acaba por ser o coração de todo o sistema de mobilidade da cidade, porque, na ilha central, onde haverá um passadiço superior que ligará a ilha central, onde toda a lógica do circuito do MUV funcionará, portanto, seja o MUV, C1 e C2 as linhas urbanas, seja a parte do circuito elétrico, dos autocarros elétricos para o Centro Histórico, sejam as linhas para as freguesias, portanto, passarão a funcionar na ilha central, e nas outras boxes à volta funcionaram todos os transportes para os vários intermunicipais, Lisboa/Porto, Aeroporto Francisco Sá Carneiro, enfim, todos estes transportes passarão a estar disponíveis aqui. Por outro lado, a Sala de Controle de todo o sistema de mobilidade ficará instalada também aqui no Centro de Mobilidade e Transportes. Este projeto foi inserido no PEDU, no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, portanto, ele tem um financiamento de 85% de fundos comunitários e 15% de contrapartida da autarquia, está adjudicado, portanto, está neste momento só pendente do visto de Tribunal de Contas para entrar em obra, portanto, é mais um processo que entrará em obra, e enfim, como a sua execução financeira se fará ao longo de dois anos, aquilo que no fundo estamos aqui a propor à Assembleia, é que possamos repartir, enfim, no âmbito das Grandes Opções do Plano para o ano de 2020 e 2021 as verbas que estavam alocadas a este projeto, e portanto, no fundo, é fazer esta reprogramação que também nos permitirá logo que chegue o visto do Tribunal de Contas de imediato se começar com a obra, já na perspetiva da sua cabimentação orçamental. Referir também que, na reorganização deste espaço para além do conforto também terá a componente da informação, as pessoas deixarão de ter que estar a perguntar a que horas é o autocarro, e passam a ter painéis, passam a ter informação sonora, passam a ter informação no seu telemóvel sobre a hora a que sai cada um dos autocarros, se está atrasado, se não está atrasado, aquilo que é normal num centro como este, portanto, um autêntico terminal rodoviário com toda a informação que tem, para além do apoio de salas de espera, onde as pessoas têm acesso a toda a informação em condições de conforto, escadas rolantes, com acessibilidade para deficientes, enfim, todas aquelas coisas que efetivamente devem ter. Terá também um sistema de aumento da eficiência energética, portanto, teremos uma gestão inteligente de energia, portanto, há uma preocupação em todos os edifícios que agora vamos construindo e reabilitando, é colocar sempre uma lógica de preocupação de produção própria de energia, até porque, o diploma está para sair, e a nossa produção de energia deixa de ser entregue à rede, e pode ser autoconsumida e portanto, sempre aqui a preocupação, ainda agora no concurso das piscinas da parte da eficiência energética também esse princípio, no Mercado 2 de Maio, portanto, este é um princípio que iremos sempre seguir, em cada edifício criar condições para a sua autossustentabilidade ou até se houver um superavit de produção energética, poder servir para as diferentes infraestruturas da autarquia, e portanto, a instalação de painéis fotovoltaicos, que permitam sustentar uma parte do consumo do Centro de Mobilidade.---- Por fim, para além da zona de escritórios, de algumas lojas, terá 5 lojas um restaurante e um quiosque, passaremos a ter aqui também mais um parque com 142 lugares onde a filosofia deste parque será muito a lógica de, por exemplo, os 15 primeiros minutos gratuitos, para quê? Para permitir que, quem vai levar um passageiro à central, possa naquele período levar calmamente e não ter custo para isso. Terá seguramente também

tarifários de longa duração, para permitir que a pessoa que vai para Lisboa possa deixar calmamente o carro no parque de estacionamento e quando voltar ter lá o carro para voltar, portanto, está pensado nesta lógica moderna, portanto, teremos 142 lugares para viaturas ligeiras. Já agora, do ponto de vista da obra, seria difícil fazer todo este trabalho, nós estamos a falar de um investimento já com custos definidos de 4 milhões seiscentos e noventa e quatro mil, trezentos e quarenta e oito euros (4.694.348 €), portanto, estamos a falar de 4,7 milhões de euros de investimento neste equipamento, vamos começar a obra exatamente por fazer o parque de estacionamento porque permitirá depois mudar a Central de Camionagem e o seu funcionamento para o parque de estacionamento e depois fazer a obra propriamente dita na Central, o que vai permitir estarmos em obra e ao mesmo tempo não deixar de funcionar o Centro de Mobilidade e Transportes, como o passaremos a designar. Portanto, é uma nova conceção, é uma nova visão, e acaba por ser também o concluir de todo o puzzle, com também, o concurso público que está neste momento, ficou deserto o primeiro, aliás, já agora dar essa explicação, se não estão ainda feitas as vias cicláveis da mobilidade suave é porque efetivamente o concurso inicial ficou deserto, estamos agora a abrir um segundo concurso com um aumento de preço, infelizmente hoje, nas obras públicas sabemos que isto está a acontecer com muita frequência, enfim, há muito trabalho no mercado e obviamente que os empreiteiros fazem render o excesso de obra, e o défice de oferta no mercado para inflacionar preços, e portanto, é uma constante pelo país, praticamente todos os meus colegas se queixam de concursos que ficam desertos, aliás, olhamos para a Rua das Bocas e para a Unidade de Saúde Familiar, que entre a fase do concurso e a adjudicação à terceira foi adjudicado e vai custar 200 e tal mil euros do que aquilo que custaria inicialmente, mas são as vicissitudes do próprio mercado, aliás, é o que está a acontecer nas Urgências do Hospital, é exatamente, a evolução do terreno, fez com que dois anos depois aquela proposta deixou de estar adequada e nenhum dos três concorrentes quis aceitar por aquele valor. Portanto, este equipamento terá este funcionamento, obviamente que podia-me hoje limitar aqui a dizer, vamos fracionar isto do ponto de vista das Grandes Opções do Plano, mas também entendi que era importante, já que hoje estamos a falar de mobilidade, que as Senhoras e os Senhores Membros da Assembleia Municipal fiquem com o desenho global do trabalho que está a ser feito do ponto de vista do Centro de Mobilidade, penso que ficaremos com um equipamento que honrará a cidade, que no fundo, mantém, digamos que, o histórico, porque basicamente o *layout* da fachada central sofre um *upgrade* mas ao mesmo tempo mantém-se com o seu desenho original, e penso que é uma infraestrutura que irá orgulhar a cidade, e sobretudo trará conforto, não só aos viseenses, mas também a todos aqueles que diariamente nos procuram e passam a ter também no Centro de Mobilidade e Transportes um bom cartão de visitas do ponto de vista da boa imagem da entrada na cidade, e portanto, orgulhosamente apresentamos hoje aqui também esta fase já concluída, e portanto, em vias de começar a obra, logo que o Tribunal de Contas nos dê o sinal para que isso possa acontecer. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Está aberta a discussão. Algum dos Senhores Deputados quer intervir? Tem a palavra o Deputado Rafael Amaro. -----

----- **DEZ – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caras e Caros Membros da Assembleia Municipal, Senhoras Presidentes de Junta e Senhores Presidentes de Junta. Senhor Presidente, como de outras vezes já tem acontecido, vou ser muito breve dizendo o seguinte: O Senhor Presidente tem todo o direito de gerir o orçamento como muito bem entende, e portanto, fazer as revisões que muito bem entende, mas, em coerência com o sentido de voto que tivemos sempre no que diz respeito ao Orçamento e GOP para 2019 votaremos obviamente contra, e este voto contra deve ser entendido nesse âmbito e nesse sentido, e não propriamente com o direito e

a legitimidade que tem para fazer as revisões que muito bem entende, como já aqui várias vezes dissemos. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Hélder Amaral. -----

----- **ONZE – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ HELDER DO AMARAL (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente, renovar os cumprimentos. -----

Senhor Presidente, eu pensava, que dizer sobre isto, e ainda bem que o Senhor Presidente lembrou, que no PDM a solução era outra. Eu serei tentado a votar a favor desta solução, mas não deixo de lamentar a falta de ambição que Viseu passou a ter em relação aquilo que são obras que devem marcar, que devem ser centrais, e devem qualificar a paisagem urbana de uma cidade à dimensão de Viseu, nem que seja fazendo jus à história que Viseu já teve. Lembro que no século XVIII foi a terceira cidade do país e para quem se recorreu da história, nessa data e até hoje procuramos marcar a dianteira em muitos aspetos. Não vou cair na demagogia de achar que devíamos ter uma estação tipo Hauptbahnhof em Berlim, ou até a Gare do Oriente, mas lembro-me da conversa, era eu jovem, já aqui ando há algum tempo na Assembleia Municipal, o saudoso Coelho de Araújo e outros viseenses ilustres, quer quando se discutia o túnel, ou não túnel, e comparávamos Viseu com outras cidades de igual dimensão, e aquilo que era a perspetiva também de uma imagem urbana, e que essa imagem urbana também dava capacidade e dimensão a uma cidade, e uma cidade capital de distrito, e uma cidade como Viseu, que devíamos ser ambiciosos e arrojados naquilo que era a sustentabilidade da cidade, mas também a sua edificação. Arranha-céus fazem parte, e há cidades que fazem desses arranha-céus não só marcas distintivas da evolução e da ambição de um povo, mas também motivos de atração turística. São inúmeras as estações ferroviárias e rodoviárias, que são elas próprias grandes polos de atração turística, têm bibliotecas, têm mercados, e eu lamento que o distrito e a cidade comecem a perder a ambição e começamos a fazer obras de ... boas, para manter o povo satisfeito, e porventura eleitoralmente, eu serei porventura acusado de alguma megalomania, mas este é o tipo de obras, como se fez na Gare do Oriente, que se fez até na Estação de S. Bento do Porto, uma das estações mais bonitas do mundo, para podermos desde logo localizá-la fora da cidade, criando uma nova centralidade e um novo polo de atração. Estamos a falar dos elementos mais poluentes numa cidade, são as estações rodoviárias e ferroviárias. Se lerem o que diz a ONU, dentro de 11 anos, se não fizermos nada os danos no planeta são irreversíveis, ou seja, dentro de 11 anos nós entramos num momento de não retorno, depois disso só a catástrofe. E é por isso que eu digo que, quando vejo aqui discutir que devemos ter ciclovias, apagar a luz, fechar a torneira, carrinhos para bebés, já nada disso conta. Não faz mal, mas não é por aí que a gente resolve o problema, já não é por aí que a gente resolve o problema. É com medidas completamente radicais, completamente decisivas, que custam tempo, dinheiro e porventura votos, mas alguém tem que levar a sério o combate às alterações climáticas. Nós podemos dizer, fechem a água, fechem... não resolve. Em 35 anos o dano no planeta foi irreversível e nós podíamos ter um elemento inovador, porventura não se faria neste mandato, porventura o Senhor Presidente não teria os recursos financeiros, e se dissesse que vai gastar um valor, seria criticado, mas, eu estaria ao seu lado, como na altura com o saudoso Coelho de Araújo se dizia, às vezes não se percebe, o povo não vai perceber porque é que se faz uma obra com esta magnitude. Porventura o Marquês de Pombal foi criticado quando fez a Avenida da Liberdade, hoje ela parece pequena, já foi dos sítios mais poluídos de Lisboa. Às vezes precisamos de rasgo, precisamos dessa ambição. Mas eu percebo-o e por isso, estou apenas a dizer o que é que eu achava que poderíamos fazer, mas diz-me: mas, pegar naquela miserável Estação de Camionagem que envergonha a cidade, porta de entrada da cidade, que não corresponde em nada à cidade que nós projetamos e que nós promovemos, qualquer coisa que se possa fazer para melhorar a Central de Camionagem é bem feito, qualquer coisa. Agora, é preciso fazer muito mais, e eu espero que ela... vi e reparei que teve esse cuidado de sustentabilidade ambiental e

eficiência, lamento que, e ainda bem que estamos a discutir isso, parques de estacionamento, central de camionagem, numa perspetiva global de mobilidade na cidade, lamento que não tenha corrido tão bem o MUV e seja ele um fator também de atratividade e possamos melhorar o MUV, eu teria até uma medida radical que era... nós temos um velho hábito, que é, tomamos banho, tomamos café, vestimos o fato e vestimos o carro. É preciso deixar de vestir o carro, e para deixarmos de vestir o carro, porventura é ter transportes grátis até aos 25 anos para ver se ao mais novos, que hoje nos grandes centros como Lisboa, já usam mais UBER e o sonho já não é ter um carro, porque a UBER ou outro modelo de mobilidade urbana resolve esse problema, no meu tempo era ganhar o primeiro dinheiro para ter o carro, também em Viseu o facto de termos cada vez mais jovens a usar serviços públicos, cada vez mais eficientes, eles agora até são limpos, são bonitos e são engraçados, possamos através desta central, pelo menos ter esse ganho, que é ter menos gente a usar carro próprio, mais gente a usar os transportes urbanos. Agora, fica aqui o meu lamento, não votarei contra, mas acho que quando se desenhou o PDM alguém estava certo, e quando nós desistimos do PDM e dessa nova estação que poderia ser um novo centro de atratividade de Viseu, façamos, não lhe vou chamar remendo porque a imagem é bonita e não quero ser desagradável, mas é pouco ambicioso e é, enfim, é a gestão do dia-a-dia, mas, quem gere bem o dia-a-dia também merece elogio. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo mais nenhum pedido dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **DOZE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Só para de uma forma muito rápida dizer o seguinte: De facto é ambição pedir ao Arquiteto Gonçalo Byrne que olhe de novo para a Cava de Viriato, como está a olhar, para fazer um novo desenho da Cava de Viriato e não deixar que se plante em cima da Cava de Viriato uma Central de Camionagem e um parque de estacionamento de camionetas. Isto é que é arrojo. Diria que é arrojado abdicar de uma coisa que já estava no PDM e fazer uma alteração para que a Cava de Viriato seja definitivamente desafogada e que possa ser fruída, como não tem sido fruída, porque é um monumento nacional. Por outro lado, a intervenção do Senhor Deputado, vai ao arrepio de tudo aquilo que são as tendências hoje mundiais na área dos transportes. Há mesmo algumas opções em cidades que estão outra vez a relocar os Centros de Mobilidade e Transportes exatamente nos centros das cidades, e sabe porquê? Exatamente para o estímulo do transporte público. Por outro lado, a evolução do transporte, por exemplo, na câmara já é uma opção, todos os equipamentos que comprámos de limpeza nos últimos tempos, todos eles são elétricos. Os três carros de recolha de lixo de resíduos são a gás natural. Estas são tendências naturais que vão ocorrer. Daqui a 10 anos, a indústria automóvel terá sofrido uma revolução de tal maneira que a maior parte dos veículos que vão circular nas nossas estradas vão ser veículos elétricos. Mesmo do ponto de vista dos camiões TIR aquilo que o futuro nos trará num muito curto prazo, comboios de camiões TIR poderem circular com energias limpas, para além do hidrogénio que também aí está, está em teste neste momento um veículo onde a Câmara de Viseu é parte desse projeto também, está em teste neste momento um veículo movido a hidrogénio para transportes públicos, portanto, se diz assim, é um fator poluente, está errado, porque no futuro os transportes públicos serão cada vez menos poluentes, todos estes autocarros que estão em Viseu a circular já são de nível 6 da União Europeia e alguns deles já elétricos, e portanto, a tendência será para que no futuro o Centro de Mobilidade e Transportes vai ser essencialmente utilizado por veículos não poluentes, e portanto, faz sentido em nome da comodidade, eu acho que arrojado é tomar esta decisão de não demolir, reabilitar e ampliar e criar comodidade, porque o pôr na periferia obrigará que, sempre que alguém se queira deslocar tem que apanhar um transporte para a periferia. Neste caso concreto, ficamos mesmo ali no centro da cidade, no sítio adequado, e esta, estamos a falar de uma opção para os próximos 25

anos, não tenha ilusões, esta opção que estamos a fazer aqui, e estas opções que estamos a fazer na área da mobilidade são opções que vão condicionar os próximos 15 a 25 anos, não tenhamos ilusões, e por isso é que elas estão também pensadas na perspetiva... por exemplo, esta Central está preparada para ter carregadores elétricos, para os futuros autocarros que vão ser movidos a eletricidade, enfim, tudo isso são tendências que hoje existem do ponto de vista internacional e que estão pensadas, portanto, eu acho que arrojado, foi efetivamente, não seguir cegamente o PDM e dizer assim: Não, este aspeto do PDM com a evolução tecnológica que ocorreu faz mais sentido fazer isto, e a avaliação que as nossas equipas fizeram é: Faz mais sentido reabilitar a atual Central, manter este ícone e fazer com que ele funcione como o tal Centro de Mobilidade e Transportes multimodal, porque, no fundo ele vai permitir fazer a parte do circuito urbano, circuito do Centro Histórico, o circuito para as freguesias, o circuito intermunicipal, o circuito de médio/longo curso, no fundo, no fundo, a mobilidade suave, com as trotinetas e também com as bicicletas, quando a questão do *car sharing* se colocar, a partilha de veículos também está preparado para o efeito, portanto, no fundo estamos a falar de uma infraestrutura moderna, em que acho que arrojado foi tomar esta decisão. Se acha falta de arrojo um investimento de 4,7 milhões de euros numa infraestrutura destas, enfim, eu acho que preservar ... pode escrever isto na sua cabeça Senhor Deputado Hélder Amaral, este Presidente de Câmara enquanto cá estiver vai sempre valorizar mais a requalificação do património existente, do que estar a construir coisas novas, deixando outras ao abandono, esta é uma prova, a obra que estamos a iniciar na Rua das Bocas com a Unidade de Saúde Familiar, colocar uma Unidade de Saúde Familiar num edifício do século XVIII é uma opção também de qualificação e de aproveitamento dos nossos imóveis, mesmo a futura sede da Autoridade para a Prevenção da Violência no Desporto que iniciou as suas funções, também será num edifício histórico do Centro Histórico, num edifício que também é modelar, que é o antigo edifício da GNR, logo que a negociação com o Governo esteja concluída, e portanto, são opções que eu acho que fazem sentido. Enquanto houver património para requalificar iremos fazê-lo, e não estar a construir ao lado, assim como do ponto de vista da construção das vias, construir-se-ão aquelas que são necessárias porque há prioridades e as prioridades devem ser em cada momento acauteladas, e portanto, dizer que discordo em absoluto da análise, e aliás, o Arquiteto Gonçalo Byrne com a nossa equipa, está exatamente a desenhar novas soluções para toda a envolvente da Cava de Viriato, que deixa de ter... de facto, seria muito violento para a Cava de Viriato ter ali em cima de um monumento como aquele um edifício, uma central tipo a da Gare do Oriente, ou ter ali as camionetas, enfim, os tempos mudam, evoluem, nós temos que conhecer as tendências e temos que tomar as decisões em relação às tendências que hoje temos, que eram diferentes. Na altura em que foi feito o PDM alguém falava em veículos elétricos? Alguém falava em veículos a gás natural? Alguém falava em novas formas de mobilidade? Ninguém falava, portanto, é natural que um PDM mesmo bem feito não pudesse prever esta evolução tecnológica que existiu, cabe-nos a nós, com o conhecimento que hoje temos das coisas, fazer as coisas como deve ser, e sinceramente acho que estamos aqui a fazer uma boa opção, e uma opção para o futuro, não é a tal lógica de falta de arrojo, antes pelo contrário, eu acho que é uma opção com bastante arrojo. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. -----
Então iríamos proceder à votação PONTO DOIS (2) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA O ANO 2019 - REVISÃO N.º 3. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, foi aprovado com uma (1) abstenção e onze (11) votos contra. (Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 485/486). -----
Terminámos assim os nossos trabalhos. -----
Muito obrigado a todos pela colaboração, e boas férias. -----
E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão



Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no dia vinte e quatro de julho de dois mil e dezanove, quando eram onze horas e três minutos.-----
Do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 4 páginas anexas, que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

(José Manuel Henriques Mota Faria)

ANEXO 1



Sessão Extraordinária de 24 de julho de 2019

REGISTO DAS VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 1 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 24 de julho de 2019, que deliberou aprovar por 37 votos a favor, 2 (dois) votos contra e 9 (nove) abstenções - Viseu, 24/07/2019					
ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO - PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO DE SANTA CRISTINA - PROPOSTA DE RESGATE - SABA PORTUGAL - PARQUES DE ESTACIONAMENTO S.A. nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
3 PPD/PSD		Florbelá de Almeida Correia Soutinho	X				
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
6 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
7 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
8 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
9 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
10 PPD/PSD		Sofia Daniela Pereira Mesquita		X			
11 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa	X				
13 PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X			
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
17 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
18 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
19 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
20 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
21 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
22 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
23 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
24 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
25 PPD/PSD	MUNDÃO	Liliana Natércia dos Santos Tavares		X			
26 PPD/PSD	POVOLIDE	Lino Miguel Lopes do Nascimento		X			
27 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes	X				
28 PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			
29 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
30 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			
31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			

ANEXO 1



Sessão Extraordinária de 24 de julho de 2019

REGISTO DAS VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 1 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 24 de julho de 2019, que deliberou <i>aprovou por 37 votos a favor, 2 (dois) votos contra e 9 (nove) abstenções</i> — Viseu, 24/07/2019					
ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO - PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO DE SANTA CRISTINA - PROPOSTA DE RESGATE - SABA PORTUGAL - PARQUES DE ESTACIONAMENTO S.A. nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
34 PPD/PSD	S. CIPRIANO VIL SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VEISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PPD/PSD	U. F. FAÍL EVILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
37 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro				X	
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão				X	
39 PS		Rui António da Cruz Martins				X	
40 PS		Carlos Martins dos Santos Portugal				X	
41 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes				X	
42 PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque				X	
43 PS		Manuel José Moleiro Mirandez				X	
44 PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas				X	
45 PS		Sara Natacha de Sousa Calhau				X	
46 PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
48 CDS/PP		José Hélder do Amaral		X			
49 BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues			X		
50 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
51 Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre F. Esteves		X			
52 Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses	X				
Resultado			4	37	2	9	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 2



Sessão Extraordinária de 24 de julho de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos			Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 24 de julho de 2019, que deliberou aprovar por 36 votos a favor, 11 (onze) votos contra e 1 (um) abstenção - Viseu, 24/07/2019					
GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA O ANO 2019 - REVISÃO N.º 3 nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro			FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X				
2 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
3 PPD/PSD		Florbel de Almeida Correia Soutinho	X					
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
5 PPD/PSD		Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
6 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X				
7 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
8 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
9 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X				
10 PPD/PSD		Sofia Daniela Pereira Mesquita		X				
11 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa	X					
13 PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X				
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X				
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
17 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
18 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X				
19 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
20 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X				
21 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X				
22 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
23 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X				
24 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X				
25 PPD/PSD	MUNDÃO	Liliana Natércia dos Santos Tavares		X				
26 PPD/PSD	POVOLIDE	Lino Miguel Lopes do Nascimento		X				
27 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes	X					
28 PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X				
29 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X				
30 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X				
31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X				

ANEXO 2



Sessão Extraordinária de 24 de julho de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos			Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 24 de julho de 2019, que deliberou aprovar por 36 votos a favor, 11 (onze) votos contra e 1 (uma) abstenção. Viseu, 24/07/2019				
GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA O ANO 2019 - REVISÃO N.º 3 nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	S. CIPRIANO VIL SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PPD/PSD	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
37 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X		
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão			X		
39 PS		Rui António da Cruz Martins			X		
40 PS		Carlos Martins dos Santos Portugal			X		
41 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X		
42 PS		Gonçalo A. Ginestal M.M. Albuquerque			X		
43 PS		Manuel José Moleiro Mirandez			X		
44 PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas			X		
45 PS		Sara Natacha de Sousa Calhau			X		
46 PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
48 CDS/PP		José Hélder do Amaral				X	
49 BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues			X		
50 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
51 Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre F. Esteves		X			
52 Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses	X				
Resultado			4	36	11	1	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses